

Carta da base do Sindicato Estadual dos Servidores do IBGE - SETIBGE em resposta à matéria da revista Carta Capital sobre a criação da fundação de apoio ao IBGE.

Mapeando o campo minado da fundação IBGE + ou IBGE paralelo,

“Quando eu faço uma crítica ao sistema, eles pensam que a crítica é direcionada a eles. Isso ocorre porque eles aceitam incondicionalmente o sistema e identificam eles mesmos com o sistema”. Tradução livre de Thomas Merton

O título da "reportagem" da Revista Carta Capital sobre uma suposta "campanha para tentar derrubar" o atual presidente do IBGE, indicado pelo presidente Lula, revela a redução de um processo institucional complexo a uma perspectiva personalista que aceita a prática e as decisões do atual presidente do órgão como naturais e legítimas.

Isto fica claro quando, propondo expor as razões subjacentes ao movimento que resiste à determinadas práticas, a reportagem se restringe a ouvir e reproduzir as falas do presidente do IBGE, deixando de procurar a representação dos servidores, cujas posições ali expostas foram recolhidas de outros órgãos de imprensa.

No primeiro parágrafo, como um desdobramento do título da matéria, a síntese inicial apresentada, resume a questão como um protesto, sem importância, de apenas 30 servidores do órgão, ao que seria apenas uma hipótese ou delírio, ao dizer "em tese", de que "abrir a porteira" ao dinheiro privado, exerceria "alguma influência" sobre a autarquia no sentido da perda de sua autonomia.

O fato em questão é a criação de uma fundação de apoio pública de direito privado, para financiar as pesquisas e projetos de modernização do IBGE.

Para suscitar a visualização do "inteiro" contexto da controvérsia, argumento que, toda a ação da atual presidência do órgão parte do também pressuposto (em tese), ou seria o delírio de uma negação, de que não existem recursos orçamentários para financiar a produção de estatísticas oficiais e a modernização do sistema nacional de estatística em tempos de "BIG DATA" e inteligência artificial.

Para, nas palavras do autor do texto, um acadêmico reconhecido e de posições firmes, que nunca se rendeu a modismos, que não se curva aos interesses do pensamento neoliberal, não identificar o arcabouço fiscal parte primordial da inexistência de recursos orçamentários para a execução dos trabalhos do órgão é no mínimo um ato falho.

“O IBGE é um órgão de Estado¹” não é apenas uma frase de efeito em uma faixa de protesto, é a constatação da natureza das competências constitucionais do órgão². Infelizmente, mesmo com a esquerda à frente dos governos e exercendo a representação do Estado, nossa constituição vem sendo

¹ De acordo com o Art 21º inciso XV da constituição federal de 1988 compete à União organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional.

² Falar sobre a teoria dos poderes implícitos.

desfigurada e com isso abortada a construção do Estado de Bem-estar Social no Brasil. É baseado na inexorabilidade desse desmantelamento que a resignação pragmática conforma a decisão de financiar atividade de estado com dinheiro privado.

Se o principal interessado na produção de estatísticas oficiais, que precisa implementar uma metodologia voltada ao interesse público e o mais imparcial possível, que serve para embasar a substância da tomada de decisão pública em todos os sentidos, afirma não poder financiar a matéria prima de seu processo decisório, como acreditar que os usuários indiretos desses dados o farão de forma despreziosa e visando o interesse público e coletivo?

Por que um pilar fundamental do alicerce dos objetivos da existência de um Estado de Direito não é prioridade na destinação de recursos dessa obra? Como pensar que uma parceria pública privada pode substituir a função do Estado, sem qualquer consequência na substância da questão, visando uma "viabilidade da forma" de execução da função precípua de Estado?

Não é de hoje que o IBGE apresenta resistência às tentativas de desconfiguração de suas condições de trabalho e consequentemente de sua autonomia, buscando atuar em consonância com a prática internacional dos princípios fundamentais das estatísticas oficiais. Houve essa resistência durante a ditadura, à época do presidente Simon Schwartzman e do presidente Paulo Rabelo de Castro.

A tentativa imediatamente anterior à atual, foi durante o exercício da presidência de Paulo Rabelo de Castro. A diferença é que esse não implementou a estratégia à revelia e ocultando o processo do corpo técnico de servidores do órgão. E esse é um ponto fulcral para a análise de todo esse processo.

Se a fundação não fere nenhum princípio legal, constitucional, democrático e científico, por que implementá-lo dessa forma? O argumento é que seria devido à urgência da questão. Também se argumenta, que seria uma forma de contornar o vazamento de receitas de trabalhos realizados que não são remunerados.

Ora, a aparente gratuidade ou ausência de receitas é um fundamento da estatística oficial. Essa atividade por sua natureza deve ser financiada pelo Estado e, portanto, pelo pagamento de tributos dos cidadãos brasileiros que são os usuários destino da razão de existir de um órgão produtor de estatísticas oficiais. Isso porque, o produto do órgão é um bem público, que atende ao interesse público abstrato e difuso, conforme descrito na missão institucional do órgão "Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania". O financiamento por agentes privados torna sim, vulnerável essa missão a interesses que, no caso concreto, não sejam públicos e difusos e que atendam a interesses de grupos específicos.

Sobre fontes alternativas de recursos para financiar as atividades do órgão, temos o Fundo Nacional de Geografia e Estatística (FNGE) proposta original de financiamento do órgão, instituído pela Lei nº 5.878 de 1973, e que nunca foi devidamente regulamentado. Isso é a real origem da instabilidade

orçamentária do órgão que poderia ser evitada com a garantia de recurso ao fundo, como ocorre nos fundos constitucionais de saúde (FNS) e educação (FNDE). Assim, por que não lutar pela regulamentação deste? Devido à urgência da situação? Os resultados do IBGE não são vitais para a sobrevivência de curto prazo da população, como no caso de uma pandemia. O IBGE não tem a missão de desenvolver pesquisas de inovação para atender a necessidades de caráter emergencial como a Fundação Osvaldo Cruz, que possui a FIOTEC, fundação privada e de direito privado. O IBGE não tem a missão de desenvolver pesquisas de inovação para atender a necessidades de caráter emergencial, como a Fundação Osvaldo Cruz que possui a FIOTEC, fundação privada e de direito privado.

Também, diferentemente das universidades que possuem fundações de apoio privadas de direito privado, o IBGE não se caracteriza pela produção de ciência e tecnologia com objetivo finalístico. É um produtor de estatísticas oficiais que precisa se utilizar de inovações tecnológicas para acompanhar o estado das artes da evolução da sociedade.

Além disso, é fato que as fundações de apoio necessitam de controle do exercício de suas atividades objetivando evitar a captura para interesses particulares e fisiologistas, que permitem instalação de privilégios para alguns grupos de pesquisa isoladamente.

A fundação IBGE+ é uma fundação pública de direito privado que é defendida como inovação jurídica. A pergunta que precisamos fazer é, quem pode produzir inovação jurídica? Um procurador da AGU em conjunto com alguém que ESTÁ como presidente de um órgão público com competências constitucionais de Estado? Em manifestação sobre o processo de criação dessa fundação, cujos objetivos são semelhantes à sua proposta à época como presidente em exercício do IBGE, Paulo Rabelo de Castro² se posicionou afirmando que essa criação deveria ter sido apreciada pelo Congresso como prevê o arcabouço legal e constitucional.

E por falar em exercício do cargo de presidente, na FIOCRUZ, o presidente é eleito pela comunidade do órgão e não uma simples indicação política de GOVERNO. No IBGE, é uma nomeação discricionária que não tem como base um mecanismo institucional democrático, participativo e legítimo de Estado. Dessa forma, não se pode garantir que a tal fundação IBGE+ terá sempre pessoas cômicas de que são agentes públicos e que estão sujeitos a indisponibilidade do interesse público. Eventualmente, quando não for o "esforço do governo Lula", as indicações de governo permanecerão com a "suposta" presunção de legitimidade defendida para o atual governo em exercício?

Vale ressaltar que, em conjunto com o reconhecimento explícito de que o IBGE é um órgão típico de Estado, existe uma luta histórica dos servidores do órgão para que processo semelhante ao da FIOCRUZ de escolha dos gestores,

² <https://www.estadao.com.br/eldorado/podcasts/eliane-cantanhede-responde/eliane-entrevista-paulo-rabello-de-castro/>

que vise minimizar interferências de governo, seja institucionalizado na busca da garantia, melhor possível, do interesse público intrínseco a missão do IBGE.

A compreensão da essência, da complexidade e da sutileza da missão do IBGE não tem como condição suficiente ser um acadêmico/Phd renomado ou trabalhar com a divulgação e análise dos dados produzidos pelo órgão. O conhecimento e vivência de toda a cadeia de produção de dados, desde a concepção das pesquisas, a conceituação das variáveis, elaboração do questionário, estabelecimento das críticas de consistência, implementação de testes de aplicativos e sistemas, planejamento da coleta, capacitação e treinamento dos pesquisadores, monitoramento e supervisão das atividades de execução da coleta, preparação/validação dos dados de forma a garantir o sigilo estatístico etc., bem como, a experiência de trabalho em campo são requisitos necessários à qualificação para gerir um órgão de produção de estatísticas oficiais. Se a coleta não for cientificamente executada, não existe Phd que produza análises de qualidade.

Quem conhece a prática do trabalho de um órgão de produção de estatísticas oficiais, sabe que uma das grandes dificuldades da produção de dados estatísticos oficiais é obtenção da colaboração dos diversos tipos de informantes. A ligação do IBGE com uma fundação privada pode tornar o acesso aos informantes ainda mais difícil por trazer suspeitas e fragilizar a credibilidade do IBGE. A significância estatística e conseqüentemente a qualidade dos dados produzidos depende diretamente do comportamento dos informantes em aceitarem o custo de oportunidade do uso de seu tempo para responder aos questionários do IBGE, atualmente já bem fragilizado devido ao desenvolvimento da economia da atenção.

Apesar de citar algumas falas do representante do sindicato, a matéria concede desproporcionalmente voz ao presidente indicado para o IBGE, que se utiliza de argumentos teóricos e pretensamente embasados em boa gestão, tendo como hipótese, ou seria julgamento, de que a proposição de questões administrativas, como o retorno ao trabalho presencial, é a motivação egóica dos servidores para questionar todas as questões jurídicas, legais, constitucionais, científicas e econômicas envolvidas na situação em análise.

Ora, como questionar o comprometimento do corpo técnico do IBGE, reconhecido internacionalmente, e pela citada ex-presidente Wasmália Bivar, que à época de sua gestão em um momento de reivindicação por melhores salários e condições de trabalho, disse reconhecer que os salários eram baixos, mas que o instituto "representa uma cachaça³ para os servidores", de forma que assegurava a qualidade das pesquisas do órgão.

³ Cachaça no sentido do comportamento viciado e quase workaholic, que se sacrifica e veste a camisa do órgão, dos servidores.

Como questionar o comprometimento do corpo técnico do IBGE que vem se adaptando, e adoecendo, às diversas facetas de um apagão estatístico relacionado à gestão neoliberal do Estado Brasileiro⁴, incluindo o próprio governo Lula e anteriores do seu partido, e que não se iniciou com o governo de Jair Bolsonaro/ gestão de Suzana Guerra, com o corte de recursos para o Censo Demográfico 2022.

Como questionar o comprometimento do corpo técnico do IBGE que durante a pandemia realizou pesquisas como a PNAD COVID, a pesquisa Impulse, bem como, manteve a coleta da PNAD Contínua usando seus telefones pessoais para contactar os informantes? Isto é, o corpo técnico se dispôs a usar seu patrimônio pessoal, não existindo investimento institucional na aquisição de aparelhos celulares para a realização dessas pesquisas. O que o órgão disponibilizou, mesmo assim com limitações foram, chips de celulares.

Nas palavras de um artigo de uma servidora do IBGE⁵, *“Sob o ponto de vista da cultura institucional do órgão, destaco que o corpo de servidores é altamente comprometido com o trabalho, de forma que mesmo com os cortes sucessivos nos últimos anos a entrega do IBGE foi de qualidade. A produtividade foi aumentando ano a ano para as pesquisas contínuas do órgão em consonância com a modernização tecnológica e de gestão. Devido às questões orçamentárias, observou-se alguns atrasos em metas institucionais como a execução da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF e Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, bem como projetos como a Pesquisa da Economia Informal e o Censo Contínuo tiveram seus estudos e desenvolvimento descontinuados (...) digo que o IBGE fez seu dever de casa, no sentido de fazermos mais com menos. No entanto, na minha percepção, o corpo de servidores do IBGE poderia ser mais proativo na defesa política do instituto. Somos um órgão de Estado e não de governo e é preciso distinguir, mas não separar e isolar a dimensão política do nosso trabalho técnico. Deve ser uma dimensão apartidária, com autonomia política de governos, mas comprometida com o interesse público nos termos de nossa constituição originária, seus princípios e objetivos. Temos a vantagem de ter lideranças sindicais, as quais se propõem a fazer a defesa política do órgão junto à sociedade civil e ao parlamento nacional e não apenas defesas de interesses corporativos e imediatos. Não é mais suficiente fazer um trabalho de excelência do ponto de vista técnico e acredito que atualmente chegamos a um limite que não temos como compensar com dedicação e criatividade a insuficiência de recursos financeiros, humanos, de infraestrutura etc.”*

⁴ O apagão está relacionado à gestão neoliberal que privilegia a esfera financeira como destinação do orçamento público, garantida inicialmente pela Lei de responsabilidade fiscal que coloca limite às despesas primárias, mas não coloca limite às despesas financeiras com juros da dívida pública que também são gastos correntes do governo.

⁵ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-apagao-estatistico-no-brasil-e-o-sistema-da-divida-por-gisella-colares-gomes/>

Portanto, não se trata de uma questão pessoal contra o atual presidente. Faz parte do papel do bom jornalismo, tratar as notícias de forma o mais factual possível, sem o uso vieses de qualquer natureza como fundamento ou tendo como base que o pressuposto utilizado por uma das partes envolvidas na questão como uma verdade absoluta, inquestionável e, portanto, uma condição inevitável, um fato ou uma lei natural que todos devem reconhecer como tal.

Não se trata de uma "reação da Faria Lima", até porque a mesma não deve ter interesse em prejudicar a credibilidade do órgão que produz os indicadores oficiais da economia, como inflação e PIB, que poderia influenciar negativamente o fluxo de capitais internacionais tão caro a própria Faria Lima.

Infelizmente, a condução do processo pelo atual presidente é um fato e não uma opinião dos servidores. O desenrolar das ações do presidente em exercício do IBGE suscitam, que ele se percebe mais conhecedor, mais científico e inovador do que o corpo técnico do IBGE, semelhante à então presidente Suzana Guerra, à época do planejamento da execução do censo demográfico 2022.

A proposta de mudança estrutural na lógica de funcionamento do órgão pelo atual presidente à frente do IBGE não foi debatida com o corpo técnico da casa com vistas a avaliar a viabilidade de execução sem comprometer a missão institucional.

Apesar da promessa de diálogo propagandeada, a contribuição central dos diagnósticos produzidos na primeira fase do chamado Projeto Diálogos IBGE 90 anos não foi incorporada a proposta de gestão do atual presidente. Na verdade, alguns dos pontos críticos identificados são descaracterizados e descontextualizados, para servir de fundamento para algumas ações implementadas de forma arbitrária.

Em que pese o novo contexto tecnológico da atualidade, existem funções do IBGE que ainda necessitam da existência de uma abordagem mais tradicional em combinação com o BIG DATA. Não é o BIG DATA que produz os dados de universo necessários à contextualização da ordem de grandeza estatística e matemática dos dados produzidos pelo próprio BIG DATA. A produção de dados estruturados, bem delimitados em seus conceitos é o alicerce da evolução informacional digital. Embora o volume de informações digitais seja predominantemente superior às informações estruturas de uma coleta mais tradicional, o parâmetro que deve ser utilizado é o do mundo real. É da realidade de campo, da metodologia que visa minimizar dupla contagem e omissões. Realizar uma contagem, não é algo trivial. O BIG DATA e o IBGE não são excludentes, são complementares, mas é imprescindível que a natureza metodológica de coleta de dados oficiais não seja desconsiderada. Não se trata de inventar a roda, mas de torná-la mais funcional aos tempos atuais!